

APRESENTAÇÃO

EDUCAÇÃO MULTILÍNGUE E LETRAMENTOS: POLÍTICAS LINGUÍSTICO-LITERÁRIAS

Maria de Fátima Berenice da Cruz (UNEB/PÓS-CRÍTICA)

O Conselho Editorial da **Revista Pontos de Interrogação** lança o volume 13, número 2, correspondente ao segundo semestre de 2023, que é composto por artigos, entrevista e ensaio crítico voltados para a temática: **Educação multilíngue e letramentos: políticas linguístico-literárias**, proporcionando diversos olhares para a questão dos letramentos no campo educacional, especialmente para educação multilíngue. A abrangência do conceito de letramento nos permite afirmar que em decorrência da velocidade das transformações ocorridas no mundo, permitindo novas possibilidades no campo da leitura e da escrita, esse termo tem sofrido inúmeras ressignificações, que nos convidam a repensarmos nossas práticas pedagógicas para o século XXI, principalmente no que concerne ao aprendizado da língua na escola.

Em vista disso, questiona-se: qual é a língua que aprendemos na escola? Muitos estudiosos afirmam que a língua ensinada na escola não corresponde à língua utilizada pelo estudante no dia a dia da sua vida. Se a língua socialmente praticada pelo estudante não condiz com a língua ensinada na escola, como colocar em prática a ideia de que devemos aproveitar as experiências vividas pelo estudante no seu campo social de atuação? Partindo dessa controvérsia, faz-se necessário examinar que tipo de língua é produzida no processo de escolarização e como podemos identificá-la e denominá-la frente ao constructo linguístico trazido pelos estudantes aos ingressarem na vida escolar.

Masschelein e Simons¹ consideram que a língua da escola é artificial porque voltada para cumprir com as obrigações rigorosas das matérias que a

¹ MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. A língua da escola: alienante ou emancipadora? In: LARROSA, Jorge (Org). **Elogio da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

representa. Paulo Freire² entende a língua da escola como opressora tutelada pelos ditames do poder dominante. Muito embora considere as apreciações teóricas supracitadas como válidas, inclino-me a denominá-la de língua escolar operacional em razão da sua utilização pela escola.

Entretanto, antes de explicar o sentido para este fim da palavra “operacional”, acho prudente seguir os passos de Masschelein e Simons ao identificarem e nomearem as outras línguas que estão fora da escola. Segundo eles a língua materna é aquela utilizada pelo estudante no seio familiar. A língua paterna por sua vez é a língua do Estado (Pátria). Ambas são gramaticalizadas e usadas nos espaços de práticas sociais da vida humana. Contudo, quando falamos de língua da escola ela possui a especificidade de ser construída para o âmbito exclusivo da escola. Para fins precípuos que só interessam e atendem à escola.

Com esta concepção de língua escolarizada a escola acredita que está produzindo algo essencial para a promoção da emancipação intelectual do estudante. Nesse ínterim entra um novo questionamento, se a língua que praticamos na escola promove a emancipação do sujeito, o que ele fará com a língua praticada fora da escola? Daí insistirmos na afirmativa de que produzimos na escola uma língua operacional. Visto que essa língua está comprometida com a operacionalização das áreas de estudo a que se vincula. Tomemos por exemplo o ensino da matemática, da geografia, da biologia ou da gramática. Há para esse trabalho uma formação discursiva específica que departamentaliza cada área com expressões e vocábulos específicos, somente utilizados naquele processo de produção de conteúdo.

A língua produzida para o ensino da matemática difere daquela produzida para o ensino da geografia e por via de regra da biologia. Estas constatações não invalidam a importância da língua operacional produzida na escola, mas elas abrem uma janela de investigação sobre a distância que se forma entre a língua produzida socialmente pelo estudante e a língua que obrigatoriamente ele terá que adquirir na escola. Essa indefinição gera um dilema inquietante nos estudantes que veem na escola um lugar de emancipação intelectual, mas ao mesmo tempo, não conseguem transportar a língua operacional da escola para suas práticas diárias.

² FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Fica subentendido portanto, que a escola não está conseguindo acompanhar o movimento do estudante contemporâneo que vive imerso no mundo tecnológico da informação, convivendo com um universo multilíngue que promove o intercâmbio com as mais diversas formas de línguas e culturas. Esta é definitivamente a preocupação de muitos pesquisadores brasileiros, que em consonância com o pensamento deste dossiê vem aqui apresentar as suas produções de pesquisas eivadas do desejo de que sejam ressonadas dentro das escolas brasileiras.

A ressonância dessas pesquisas contribuirá para estreitar a distância entre a língua operacional da escola e a língua trazida pelo estudante da sua vida social. Esse movimento dialógico permitirá a todos pesquisadores e professores a criação de proposições que nos levem a pensar na formação de leitores. Isto porque o universo escolar enquanto detentor da produção da língua operacional e, ao mesmo tempo, responsável pela formação de leitores, agoniza na tentativa de encontrar uma saída viável que contemple a sua função de promotor do conhecimento e o seu compromisso em criar um ambiente favorável para o aprendizado do estudante.

A formação do leitor, subjugada ao formato colonialista, foi pautada na crença de que o papel do leitor se reduzia à interpretação conduzida por estruturas normativas escolares previamente dispostas no texto. Nesse formato de caráter colonialista para o processo de escolarização da leitura literária é impensável perceber o leitor como condutor de sua leitura. Ao leitor cabe apenas a ação de decodificação e identificação das estruturas formais e historiográficas presentes no texto literário.

Partindo desse princípio, ressignificar esse lugar cristalizado é uma tarefa necessária no mundo contemporâneo. Pois, apesar de a juventude leitora rejeitar esse formato de prática leitora produzida pela escola, paradoxalmente, o estudante não consegue enxergar outra possibilidade de leitura que não seja esse padrão tradicional. A obnubilação presente na consciência da cultura da escola impede que os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (professores e alunos) criem novas condições de reinvenção do ensino do texto literário na escola.

É com essa responsabilidade de promover um espaço de reflexão responsável que a **Revista Pontos de Interrogação** reúne diversas práticas de leitura, ressaltando a preocupação de pesquisadoras e pesquisadores das mais diferentes áreas de estudo com a educação multilíngue na vida escolar. Abrindo esta edição, em **O EXERCÍCIO DA LEITURA SUBJETIVA COMO ATO POLÍTICO**, Maria de Fátima Berenice da Cruz reflete sobre o letramento literário nas aulas de língua Portuguesa, tomando como escopo didático-metodológico o exercício da leitura subjetiva para o ensino da literatura na escola pública. Para esse fim, o texto mantém um diálogo constante com o pensamento de Paulo Freire e Jessé Souza como suporte teórico para entender a condição econômica, política e social do povo brasileiro, extraindo desses autores possibilidades reflexivas para conceber o exercício da leitura literária como ato político na/para sala de aula.

Na sequência, em **IDENTIDADE, [E]NARRATIVA E SELF SEMIÓTICO – POR UMA SEMIÓTICA ANTIRRACISTA: A INSUSTENTÁVEL NEGAÇÃO DO SER-SE**, Ricardo Almeida de Paula trata da questão identitária e enarrativa com relação à filosofia do ato responsável e a semiótica do *Self* a partir de uma abordagem qualitativo-dialógica dos pensamentos de Bakhtin e Moreno com o intuito de se refletir sobre uma semiologia antirracista, buscando responder a duas questões basilares: o que é narrativa? e quando as narrativas gerais e comunitárias passam a ser “minha narrativa” e se convertem em enarrativas?

No terceiro artigo, **LEITURA LITERÁRIA DIGITAL: NOVAS FORMAS DE CONCEBER O LETRAMENTO NA ESCOLA**, Daniela Pereira de Oliveira e Jeane de Cássia Nascimento Santos discutem as novas formas de conceber o ensino da leitura sob a perspectiva do letramento literário no ambiente virtual, apresentando uma proposta de intervenção que considera os limites e as complexidades dos leitores digitais quanto à apropriação da linguagem cibernética. A fundamentação teórica empregada assenta-se nos aportes teóricos postulados por Xavier (2013), Coscarelli; Novais (2010) Rojo (2012) e Freitas (2011).

Logo depois, em **ENTRE A FORMAÇÃO DE EDUCADORES QUÍMICOS E AS HISTÓRIAS DE VIDA: PARALELISMOS NA TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE**, Nairley Cardoso Sá Firmino, Elcimar Simão Martins e Diego Farias Firmino refletem sobre a trajetória de vida de uma

estudante e, posteriormente de uma professora, com o cenário descrito na literatura sobre as características do ensino de Química e da formação docente. Este estudo de cunho qualitativo, assentado nas narrativas de história de vida é descrito por fases da vida da biografada, desde as experiências estudantis, passando pela formação durante a graduação, a pós-graduação e sua atuação docente. O compartilhamento de experiências por meio dos estudos autobiográficos contribui para reflexões acerca do cenário de formação de professores de Química, bem como para facilitar uma identificação de outros professores, os quais porventura tenham vivenciado algo semelhante.

Ampliando o debate sobre a formação docente, em SABERES DE PROFESSORAS: EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AMBIENTE ESCOLAR, Edvan de Souza Santos e Áurea da Silva Pereira Discutem conceitos e perspectivas sobre a deficiência, mesmo com tantos avanços, ainda é um “tabu” social. E quando essa discussão envereda pelos caminhos da educação torna-se ainda mais complexo, já que os olhares e práticas aplicadas, mesmo com tantas diretrizes, leis, regimentos, decretos e prerrogativas, devem ser individuais, atendendo as subjetividades de cada sujeito. Na construção do embasamento teórico são destacados, Aranha (2001), Barthes (1981), Cruz (2009), Foucault (1979;2008), Minayo (2011), Oliveira (2016), Pereira (2015;2018) entre outros.

Em seguida, em A MEDIAÇÃO DA LEITURA DE CONTOS DE SUSPENSE DE LYGIA FAGUNDES TELLES, Ricardo Araújo Almeida Santana e Carlos Magno Gomes, trazem uma proposta de mediação de leitura literária com contos de suspense de Lygia Fagundes Telles. Na primeira fase, a mediação é organizada com base na perspectiva da “leitura subjetiva”, de Annie Rouxel (2013), que propõe a valorização da espontaneidade do leitor; na segunda, ressaltam as pistas do texto para a construção de uma interpretação, levando conta observações de Umberto Eco (2011); já na fase final da roda de leitura, passam a explorar questões identitárias, levando em conta o “modelo cultural de leitura”, de Carlos Gomes (2012).

Na continuidade, em ENSINO MULTILÍNGUE E LETRAMENTO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: A EXPERIÊNCIA DA REMIÇÃO POR LEITURA MULTILÍNGUE, Sandro José Gomes faz uma análise

da influência da participação na remição por leitura na forma como ocorre o processo de letramento e ensino multilíngue dentro do contexto carcerário. A investigação busca responder ao problema de pesquisa: até que ponto a proposta de leitura de obras bilíngues/multilíngues na remição por leitura é fator de motivação na aprendizagem de Língua Inglesa, Língua Espanhola, dentre outras? Quanto a metodologia, a pesquisa foi descritiva e de natureza qualitativa e consistiu numa pesquisa bibliográfica e documental. Dentre os documentos analisados estão Portaria do Poder Judiciário e Projeto de Remição Bilingue/Multilíngue elaborado a partir dos dados de uma pesquisa do Estágio Pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que trabalhou em 2022 aspectos referentes a inclusão através da leitura de obras literárias e produção textual na prisão.

Ampliando o olhar para educação digital, em *CULTURA CIENTÍFICA NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS: UM MODELO SOBRE A INFLUÊNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO*, Erivelton Nonato de Santana, José Roberto de Araújo Fontoura, Matheus Ganem de Almeida Couto Lima e Gleison Fernandes da Silva apresentam o entendimento de que se faz importante o fomento à cultura científica na sociedade como um movimento de evolução e estímulo à quebra de barreiras socioculturais e educacionais. Neste sentido, os autores afirmam que adotar essas redes como veículos para divulgação científica pode ser uma estratégia relevante considerando seus múltiplos recursos de atração do usuário e acessibilidade. Frente a isso, eles apresentam um conjunto de modelos conceituais e matemático-computacionais que conjuntamente possibilitam a comprovação do que se pensava a respeito do potencial das redes sociais digitais como meios eficientes de divulgação e democratização científica, ratificando a premissa de que todos os indivíduos, independente da sua formação escolar, podem evoluir cientificamente quando são adotados os mecanismos adequados para o seu estímulo cognitivo.

Ainda na esteira da linguagem digital, em *A LITERATURA DIGITAL EM UM CONTEXTO MULTILÍNGUE*, Naja Silva Brasil Santos e Roberio Pereira Barreto discutem como a literatura digital se relaciona com a

diversidade linguística em um mundo cada vez mais interconectado, digital e multicultural, observando como essa se manifesta e evolui em ambientes multilíngues e colabora para romper barreiras linguísticas, do espaço e do tempo, além de promover a compreensão e o diálogo entre pessoas de diferentes origens. Eles ainda ressaltam que, sob a influência de um mundo globalizado, verifica-se a carência de debates explorando as interações entre a literatura digital e o cenário multilíngue, refletindo como essa combinação pode ser aproveitada de maneira eficaz, com foco na ascensão da leitura literária e na superação dos desafios linguísticos contemporâneos, considerando seus desafios e impactos para a sociedade. Portanto, a convergência do multilinguismo e a literatura digital, nesse contexto globalizado, apresenta potencial para promover a compreensão intercultural, a pluralidade linguística e a difusão de narrativas inspiradoras, aprimorando não apenas o campo cultural, mas também enriquecendo a sociedade no contexto, ao celebrar e compartilhar as riquezas multilíngues.

Explorando outras linguagens, em REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM DIFERENTES VERSÕES DA PEÇA “ANFITRIÃO” NO BRASIL COLÔNIA E SUA RELAÇÃO COM A HISTORIOGRAFIA DE RONALDO VAINFAS, Alysso Ramos Artuso realiza uma análise comparativa das representações da mulher em diferentes versões da peça “Anfitrião”, de Plauto, em especial nas versões de Camões e Antônio José da Silva na época do Brasil Colônia. Trata-se de uma comédia sobre o mito de nascimento de Hércules, mas que se desenrola em torno de temas como relações de poder, violência, estupro e adultério. O estudo explora as nuances das personagens femininas, suas interações com os elementos sociais e históricos das respectivas épocas de escrita de peças e como essas representações dialogam com as pesquisas de Ronaldo Vainfas sobre a posição da mulher na sociedade colonial brasileira. As diferenças entre as versões da peça são examinadas em relação à visão social da mulher, da traição, da punição e de formas de resistência feminina. Por fim, o trabalho busca contribuir para um entendimento mais abrangente das mudanças culturais e sociais ao longo dos séculos, através da lente da literatura e de suas interações com a realidade histórica.

Numa abordagem instigante, em *O PNLD E AS PROPOSTAS DE PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS*, Benigna Soares Lessa Neta e Mônica de Souza Serafim apresentam um estudo que tem por objetivo investigar quais mudanças o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) promoveu nas propostas de produção textual escrita nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental Anos Finais nos últimos cinquenta anos. A fundamentação teórica foi composta por documentos expedidos pelos órgãos oficiais e por autores que tratam da questão do ensino de produção textual escrita, tais como Bezerra (2001) e Marcuschi (2001), dentre outros. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, foram analisadas quatro propostas de produção textual escrita, presentes em livros didáticos anteriores e posteriores ao PNLD de 1997, época em que foram definidos critérios específicos para avaliação dos livros didáticos, tendo como base duas dimensões de análise: uma voltada para o contexto de produção dessas propostas; e outra mais focada no ensino em si. Os resultados revelaram que as propostas elaboradas antes da publicação do PNLD de 1997 eram vagas e descontextualizadas; já as propostas elaboradas após esse PNLD, preocupam-se com a finalidade do texto, especificidade do gênero, suporte, lugares preferenciais de circulação e interlocutor.

Fechando a seção de artigos, em *GÉOPOÉTIQUE DES LIGNES BRISÉES : MUSEMENTS, CHANTS DE PISTES ET LABYRINTHES HYPERMÉDIATIQUES*, Bertrand Gervais analisa as linhas como componentes de um gesto criativo, que se tornam múltiplo e singular. Elas atualizam uma possibilidade, confirmam uma forma, estabilizam um caminho. Mesmo que estejam quebradas, elas vêm para determinar um curso e, em última análise, um mundo. Dão aos pensamentos um fio, que lhes permite escapar do puro jogo de associações para se tornarem fala, discurso, narração.

O dossiê traz também um brilhante ensaio reflexivo da professora Helena Águeda Marujo da Universidade de Lisboa, intitulado *O MARAVILHAMENTO DO BEM-QUERER: LUZES DA CIÊNCIA PARA REVIGORAR A HUMANIZAÇÃO*, que objetiva apresentar um outro letramento que

nasce de um movimento emergente da Psicologia Positiva ocorrido no início do milénio. Essa nova abordagem científica objetiva o estudo das emoções positivas, do carácter positivo e das instituições positivas. Em diálogo com as ciências sociais e humanas vem apresentando resultados viáveis no que diz respeito às intervenções afetivas junto a crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, vale a pena conhecer a reflexão trazida pela pesquisadora, fruto dos estudos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Positiva.

Organizada pelos professores Maria de Fátima Berenice da Cruz e Eider Ferreira Santos, o dossiê apresenta também uma Entrevista com o professor Dr. Kleber Aparecido da Silva da Universidade de Brasília sobre EDUCAÇÃO MULTILÍNGUE, INTERNACIONALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE, em virtude da sua vasta formação em língua estrangeira, com forte experiência de internacionalização (Suíça, África do Sul, Estados Unidos), e principalmente pelo seu trabalho voltado para as relações internacionais para uma política de fortalecimento dos cursos de pós-graduação a partir de uma educação multilíngue e da promoção de políticas linguísticas. Seus principais campos de interesse encontram-se na ampla área da linguagem, decolonialidade, formação de professores/as e internacionalização, que também incluem gênero, raça e educação linguística; raça e colonialidade, linguagem, discurso e práticas identitárias; (multi)letramentos e educação crítica na formação de professores.

Para concluir o dossiê trazemos duas resenhas. **A primeira resenha** é inédita escrita pelo professor Décio Torres Cruz para uma disciplina de graduação na UFBA. Intitulada PRESENÇA DA TRADIÇÃO ORAL E BÍBLICA EM A DAMA PÉ DE CABRA o texto aborda o carácter oral da narrativa de Alexandre Herculano, confrontando os elementos literários encontrados na sua versão da lenda com aqueles dos Livros de Linhagem. **A segunda resenha**, intitulada RESEÑA DE LA “COLECCIÓN NARRATIVAS, AUTOBIOGRAFÍAS Y EDUCACIÓN”, escrita pelos professores Daniel Hugo Suárez e María Lucía Fiorino da Universidade de Buenos Aires, traz uma importante contribuição sobre a produção e internacionalização científica de experiências e reflexões colaborativas entre o Instituto de Investigação de

Ciências Educacionais (IICE) e as Universidades de países que investigam o Sul Global tais como, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Espanha, Estados Unidos, Canadá, França e Suíça.

Com o conjunto de artigos, ensaio, entrevista e resenhas, reforçamos a peculiaridade deste periódico de mergulhar em epistemologias decoloniais para revisarmos nossas práticas de letramentos. Ressaltamos as bases teóricas interdisciplinares dos Estudos Culturais para as diversas pesquisas reunidas neste volume. Pela colaboração e envolvimento com a revisão dos textos e adequações solicitadas pelos pareceristas, agradecemos aos pesquisadores a escolha deste periódico para divulgação de suas pesquisas.

Alagoinhas, dezembro de 2023.